

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2026

A Prefeitura Municipal de Sena Madureira/AC, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, tudo de conformidade com a Lei n.º. 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 016/2024, Lei Complementar n.º. 123/2006, Lei n.º. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo Órgão Contratante conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Municipal de Licitações e Contratos - SELIC, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como Órgão Promotor da licitação.

Processo Administrativo	1212/2026
Órgão contratante	Prefeitura de Sena Madureira, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
UASG	980145
Modalidade	Pregão
Forma	Eletrônico
SRP	(x) Sim () Não
Critério de julgamento	(x) Menor preço por item () Menor preço por lote () Maior percentual de desconto por item () Maior percentual de desconto por lote
Modo de disputa	(x) Aberto
Valor de caráter sigiloso	() Sim (x) Não
Valor orçado	(x) Valor estimado () Valor máximo aceitável () Valor de referência
Preferência ME/EPP/Equiparadas (observado o disposto do art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	(x) Sim () Não
Intervalo mínimo de diferença entre os lances (disputa aberta)	Valor (R\$ 0,01)
Inversão de Fases	() Sim (x) Não
Provedor	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV) http://www.gov.br/compras/pt-br/
Período de retirada	19/06/2026
Horário de Brasília	10h15min
Data da abertura	06/07/2026
Endereço eletrônico	http://www.gov.br/compras/pt-br/
Pregoeiro(a)	Micaelly Maria dos Santos de Souza
Nomeação	Decreto n.º 121 de 26 de março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre n.º 14.235 de 31 de março de 2026.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e recarga de gás de cozinha, visando atender às necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Sena Madureira.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no

COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão as últimas. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

Anexo V: Modelo de Declaração que atendem aos Requisitos do Edital

Anexo VI: Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VII: Modelo de Declaração de Cumprimento do Inciso XXIII do Art. 7º da Constituição Federal e Inexistência de Fatos Impeditivos

Anexo VIII: Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de Reserva de Cargos

Anexo IX: Modelo de Declaração de que suas Propostas Econômicas compreendem a Integralidade dos Custos.

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em documento pertinente.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: licitacaosenamadureira@gmail.com ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Avenida Avelino Chaves, 816 – Centro - Sena Madureira/Acre - CEP 69940-000, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 12h, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO - SRP os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2.6. Em cumprimento ao Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens estimados em valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados à participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte, sendo eles: 02, 03, 04.

O não atendimento à condição acima caracteriza o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

4.3. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.3.8.1 A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. Estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato

agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.12. Consiste na inscrição da empresa no Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP. Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representa óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto da lei 14.133/21.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como

de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021.

- 6.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5.** O licitante organizado em cooperativa, quando permitida a participação, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 (art. 19, § 1º)*.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejará a desclassificação da proposta inicial.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I. apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II. análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III. divulgação do resultado da habilitação;
- IV. disputa entre os licitantes habilitados;
- V. exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI. divulgação do resultado do julgamento; e
- VII. previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.10. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.11. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**.

9.12. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.12.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.12.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

9.12.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

9.13. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.17. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 9.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.19.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.19.1.** Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.20.** Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.20.1.** Ao licitante é assegurado o **prazo de 10 (dez) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.20.1.1.** Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.20.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.20.3.** A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.20.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.21.** Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.21.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.21.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.21.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União
- 9.21.4.** (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.21.4.1.** O registro sanção da empresa no SICAF e CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.22.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

9.23. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico.

9.24. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

9.24.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.24.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail:

9.24.3. pregaosenamadureira@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.25. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.26. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. Será desclassificada a proposta que:

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato

convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não teve sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexecução da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, **no prazo máximo de 30 (trinta) minutos**.

10.7.1. A inexecução, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021):

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n.º 12.690/2012;
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Documentos de identificação do(s) sócio(s) ou sócio administrador.

11.4.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021):

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, em relação aos Tributos Estaduais inscritos em dívida ativa, expedida pela Procuradoria da Fazenda Estadual;
- e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, em relação aos Tributos Municipais;
- f) Certidão de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”;
- g) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Certidão de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (acessar o link www.tst.jus.br/certidao).

11.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021):

11.6.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

11.6.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

11.6.1.2. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices

ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

11.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

11.6.2.1. O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo não se aplica às empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

11.6.2.20 licitante deverá comprovar, mediante apresentação do balanço patrimonial do último exercício social exigível, patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado dos itens ou lotes em que participar, na forma do §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL (ART. 67 DA LEI 14.133/2021)

11.7.1. Especificamente para os itens referentes ao fornecimento e comercialização de gás de cozinha, as licitantes deverão apresentar autorização válida emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Resolução ANP nº 49/2016, comprovando regular autorização para exercício da atividade objeto da contratação.

11.7.2. As empresas participantes deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto desta contratação.

11.7.2.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I.** Identificação da pessoa jurídica contratante e da empresa contratada, com razão social e número do CNPJ;
- II.** Descrição dos materiais fornecidos, com indicação de sua natureza e compatibilidade com o objeto da licitação;
- III.** Período de fornecimento ou execução contratual;
- IV.** Declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;
- V.** Identificação e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

11.7.3. Para fins de comprovação da compatibilidade, será considerado o fornecimento de materiais com características semelhantes quanto à natureza, aplicação e complexidade, não sendo exigida identidade absoluta com os itens licitados.

11.7.4. Será admitida a soma de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica do licitante, desde que demonstrada sua aptidão para o fornecimento do objeto.

11.7.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante, desde que comprovada a vinculação entre ambas.

11.7.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo ser solicitados documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais ou outros documentos que comprovem o fornecimento.

11.7.7. Não serão exigidos quantitativos mínimos, prazos específicos ou características excessivamente restritivas nos atestados, de modo a garantir a ampla competitividade do certame,

nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e documentos complementares (quando for o caso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

11.10. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico.

11.10.1. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “ Convocar Anexo ”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.10.2. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela da comissão de contratação, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.10.3. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail: pregaosenamadureira@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.11. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Lei 14.133/21 e LC 123/2026. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de inabilitação.

11.13. A comissão de contratação poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.

11.14. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, examinar-se-á a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.17. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.18. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.2.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III. comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico.

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não superior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.2.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.3. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.4. A apreciação se dará em fase única; e

13.5. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da

autoridade competente.

13.6. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.6.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.6.2. A apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.7. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.8. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.9. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.10. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.2.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.2.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.2.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.2.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando o disposto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites da lei.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Não será permitida participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será permitida a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

19. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

19.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

20. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

21.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DO TERMO DE CONTRATO

22.1. Será conforme disposto no Anexo III deste Edital.

23. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste edital.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

25.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

25.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

26.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

26.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado.

26.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório.

26.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

26.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

26.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

26.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

26.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

26.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou

complementar a instrução do processo.

26.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

26.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

26.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas através de e-mail: licitacaosenamadureira@gmail.com.

26.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca de Sena Madureira - AC.

Sena Madureira - AC, 10 de junho de 2026.

Antônio Francisco Silva do Nascimento
Secretário Municipal de Licitações e Contratos
Decreto nº 93 de 2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e recarga de gás de cozinha, visando atender às necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Sena Madureira.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADE E VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UN	QUANT REGISTRO	QUANT CONSUMO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	CARGA DE GÁS ACONDICIONADO EM BOTIJA DE 13KG; (GÁS DE COZINHA); COMERCIAL A GRANEL; COMPOSIÇÃO PROPANO E BUTANO, TÓXICO E INFLAMÁVEL; DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES	RECARGA	3.270	2.282	R\$ 155,60	R\$ 508.812,00

	DA ANP. SENA MADUREIRA.					
2	BOTIJÃO VAZIO DE GÁS, 13 KG.	UND	135	83	R\$ 230,61	R\$ 31.132,35
3	CARGA DE GÁS ACONDICIONADO EM BOTIJA DE 7kg ou 8KG; (GÁS DE COZINHA); COMERCIAL A GRANEL; COMPOSIÇÃO PROPANO E BUTANO, TÓXICO E INFLAMÁVEL; DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES DA ANP. SENA MADUREIRA.	RECARGA	150	105	R\$ 102,06	R\$ 15.309,00
4	BOTIJÃO VAZIO DE GÁS 7kg ou 8 kg KG.	UND	15	10	R\$ 237,82	R\$ 3.567,30

3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação possui natureza comum de fornecimento continuado sob demanda, por meio de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

3.2. A contratação será formalizada mediante adesão à Ata de Registro de Preços, e os pedidos serão realizados conforme demanda, respeitando os limites estabelecidos no edital e na ata, com vigência definida contratualmente.

3.3. Os materiais a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, aquisição de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Lei nº 14.133/2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.2. Decreto Municipal nº 016/2024 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Sena Madureira.

4.3. Decreto Federal nº 11.462/2023 - Regulamenta o art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços.

4.4. Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

4.5. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

4.6. Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais (LGPD).

5. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação será realizada de forma parcelada, considerando que o objeto é tecnicamente e economicamente divisível, sem prejuízo à sua funcionalidade ou à eficiência da execução contratual. O parcelamento visa atender com maior precisão às necessidades específicas das Secretarias Municipais, permitindo que cada unidade administrativa receba os insumos conforme sua demanda real.

5.2. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento é recomendado sempre que não comprometer a competitividade, a economicidade e a

viabilidade técnica da contratação. Essa estratégia possibilita maior racionalização dos recursos públicos, evita aquisições desnecessárias e reduz o risco de sobrepreço ou de contratação de itens incompatíveis com as necessidades operacionais de cada setor.

5.3. Portanto, o parcelamento da contratação representa uma medida vantajosa, legal e estratégica, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem as contratações públicas.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) e recarga de gás de cozinha, visando atender às demandas contínuas da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Garagem Municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Produção/Casa do Agricultor, Secretaria Municipal de Administração, incluindo Prefeitura Municipal, e demais prédios administrativos vinculados ao Município de Sena Madureira/AC.

6.2. A contratação revela-se indispensável para garantir a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos essenciais executados pela Administração Municipal, considerando que o gás de cozinha constitui insumo imprescindível ao funcionamento das unidades administrativas e operacionais do Município, especialmente nas atividades relacionadas ao preparo de alimentos, apoio logístico, execução de programas sociais, atendimento em saúde pública e manutenção das rotinas administrativas.

6.3. No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o fornecimento de GLP possui caráter essencial para assegurar a execução do preparo da alimentação escolar nas unidades da rede municipal de ensino, garantindo condições adequadas para atendimento dos estudantes beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A interrupção do fornecimento comprometeria diretamente a oferta da merenda escolar, afetando aproximadamente 5.000 educandos da rede pública municipal, com impactos negativos sobre a segurança alimentar, o desenvolvimento nutricional, o rendimento escolar e a permanência dos alunos em ambiente escolar.

6.4. Da mesma forma, nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, o fornecimento contínuo de gás é necessário para garantir suporte às atividades desenvolvidas nas unidades de atendimento, programas de saúde e demais estruturas administrativas, assegurando condições adequadas de funcionamento e atendimento à população.

6.5. Quanto às demais secretarias e órgãos municipais, o objeto mostra-se necessário para viabilizar atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas diariamente, garantindo suporte às ações da assistência social e demais serviços públicos executados pela Administração Municipal.

6.6. Importante destacar que o Município não dispõe de estrutura física adequada e segura para armazenamento prolongado de botijões e recargas de GLP em grande quantidade, razão pela qual o fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada e imediata, conforme demanda apresentada por cada secretaria requisitante. Tal medida visa assegurar maior segurança operacional, evitar riscos relacionados ao armazenamento inadequado de material inflamável, reduzir desperdícios e garantir maior eficiência logística e administrativa.

6.7. A presente contratação encontra respaldo nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento das contratações públicas, eficiência administrativa, economicidade, continuidade do serviço público e

atendimento ao interesse público. Também observa as disposições da Constituição Federal, em especial os princípios previstos no artigo 37, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.8. No que se refere especificamente à alimentação escolar, a contratação observa ainda as disposições da Lei Federal nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, que regulamentam a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, assegurando condições adequadas para preparo e fornecimento das refeições destinadas aos estudantes da rede pública municipal.

6.9. Sob o aspecto da gestão pública, a contratação possibilita maior controle administrativo, planejamento do consumo, racionalização das despesas e manutenção da continuidade dos serviços essenciais, evitando paralisações que possam comprometer diretamente o interesse público e a prestação regular dos serviços municipais.

6.10. A não realização da presente contratação poderá ocasionar graves prejuízos à Administração Pública Municipal, especialmente quanto à interrupção do preparo da merenda escolar, comprometimento das atividades das unidades de saúde, paralisação de serviços administrativos e operacionais, além de impactos diretos à população usuária dos serviços públicos municipais.

6.11. Dessa forma, resta evidenciada a necessidade da contratação, considerando seu caráter contínuo, essencial e indispensável à manutenção das atividades institucionais da Prefeitura Municipal de Sena Madureira, demonstrando-se plenamente justificada sob os aspectos técnico, administrativo, legal e de interesse público.

7. JUSTIFICATIVA PARA O USO DO SRP

7.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mostra-se adequada para a presente contratação em razão da natureza dos bens a serem adquiridos, bem como da necessidade de atendimento contínuo das demandas das Secretarias Municipais e demais unidades vinculadas à Prefeitura Municipal de Sena Madureira.

7.2. O fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de vasilhames vazios constitui demanda de caráter permanente e essencial para o funcionamento regular das atividades administrativas, educacionais, assistenciais, esportivas e demais serviços públicos prestados pelo Município. Entretanto, o consumo efetivo desses itens varia de acordo com fatores como número de usuários atendidos, calendário de atividades, funcionamento das unidades administrativas e eventuais necessidades supervenientes, o que impossibilita a definição precisa das quantidades a serem consumidas ao longo da vigência contratual.

7.3. Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços possibilita que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo desperdícios e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

7.4. Além disso, a utilização do SRP proporciona maior economicidade, uma vez que permite a consolidação das demandas das diversas Secretarias Municipais em um único procedimento licitatório, ampliando a competitividade entre os fornecedores e possibilitando a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

7.5. Ressalta-se, ainda, que o Registro de Preços não gera obrigação de contratação imediata ou integral dos quantitativos registrados, constituindo-se em instrumento que assegura maior flexibilidade administrativa, permitindo que as aquisições sejam realizadas de acordo com a disponibilidade orçamentária e a necessidade efetivamente

verificada durante a vigência da ata.

7.6. Dessa forma, considerando a natureza continuada da demanda, a impossibilidade de previsão exata do consumo, a necessidade de entregas parceladas e a busca pela eficiência, economicidade e racionalização das contratações públicas, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada para atender aos interesses da Administração Municipal.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás de cozinha e recarga de botijões, visando atender às demandas das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Sena Madureira, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.2. A contratação contempla o fornecimento parcelado dos itens, conforme as necessidades apresentadas pelas unidades requisitantes, garantindo suporte contínuo às atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pelo Município, especialmente no preparo da alimentação escolar, funcionamento das unidades de saúde e manutenção dos serviços públicos essenciais.

8.3. A solução adotada mostra-se a mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, considerando que o fornecimento contínuo do objeto é indispensável para assegurar a regularidade dos serviços públicos prestados à população, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. Além disso, a contratação permitirá maior controle administrativo e acompanhamento da execução contratual, assegurando que os produtos fornecidos atendam às normas técnicas, padrões de qualidade e regulamentações vigentes aplicáveis ao objeto.

9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

9.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame.

9.2. A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e vasilhames vazios, atividade de baixa complexidade técnica e operacional, amplamente exercida por empresas do ramo, não demandando a conjugação de capacidades econômico-financeiras ou técnico-operacionais de múltiplas empresas para sua adequada execução.

9.3. Ademais, a admissão de consórcios, neste caso, não contribuiria para a ampliação da competitividade, podendo inclusive dificultar a gestão contratual e a fiscalização da execução do objeto, sem apresentar benefícios relevantes à Administração Pública.

9.4. Considerando que o mercado dispõe de número suficiente de empresas aptas a fornecer os itens licitados individualmente, a restrição à participação de consórcios observa os princípios da eficiência, da competitividade, da economicidade e do interesse público, estando em conformidade com o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, que faculta à Administração admitir ou vedar a participação de empresas em consórcio, desde que devidamente justificado no processo administrativo.

9.5. Dessa forma, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente procedimento licitatório.

10. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. A empresa contratada deverá ser legalmente constituída e possuir atividade compatível com o objeto da contratação, atendendo às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Para fins de qualificação técnica, as empresas licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, demonstrando experiência satisfatória no fornecimento dos itens licitados.

10.3. Especificamente para os itens referentes ao fornecimento e comercialização de gás de cozinha, as licitantes deverão apresentar autorização válida emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Resolução ANP nº 49/2016, comprovando regular autorização para exercício da atividade objeto da contratação.

10.4. Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas, padrões de qualidade e regulamentações vigentes aplicáveis ao objeto, especialmente às disposições dos órgãos competentes de fiscalização e controle, garantindo segurança, qualidade e regularidade no fornecimento.

10.5. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme as necessidades das secretarias municipais e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Sena Madureira, mediante emissão de autorização de fornecimento expedida pela Administração.

10.6. A contratada deverá realizar as entregas nos locais indicados pela Administração Municipal, observando os prazos, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo administrativo.

10.7. Os botijões e recargas deverão apresentar adequadas condições de conservação, segurança e utilização, sendo vedado o fornecimento de recipientes danificados, adulterados ou em desacordo com as especificações exigidas pela Administração Pública.

10.8. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, entrega, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta licitação.

11.2. A vedação à subcontratação visa garantir o controle da execução contratual, a responsabilização direta da empresa vencedora e a manutenção da qualidade e regularidade no fornecimento do objeto.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

12.1.1. Em observância ao disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração optou por não exigir a garantia contratual, tendo em vista a natureza do objeto, com pagamento condicionado à entrega efetiva do produto, e o baixo risco de inadimplemento contratual. A decisão é fundamentada nos princípios da proporcionalidade e eficiência administrativa, conforme análise de risco constante do processo licitatório.

13. DA GARANTIA DOS MATERIAIS FORNECIDOS

13.1. A CONTRATADA deverá garantir que os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, observando as normas de qualidade, segurança e regulamentação aplicáveis ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhames.

13.2. Os botijões e vasilhames fornecidos deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente lacrados, identificados e dentro dos padrões estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais normas técnicas vigentes, sendo vedado o fornecimento de recipientes com avarias, vazamentos, corrosão excessiva ou qualquer condição que comprometa a segurança de sua utilização.

13.3. A CONTRATADA será responsável pela substituição imediata, sem quaisquer ônus para a Administração, dos produtos que apresentarem defeitos, irregularidades, vazamentos, desconformidade com as especificações contratadas ou que estejam em desacordo com as normas de segurança e qualidade aplicáveis.

13.4. Constatada qualquer irregularidade após o recebimento, a Administração notificará a CONTRATADA para que promova a substituição do produto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.5. A garantia compreenderá todos os custos necessários à substituição dos produtos rejeitados, incluindo transporte, retirada, entrega e demais despesas relacionadas à correção das não conformidades identificadas.

13.6. O recebimento definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e adequação dos produtos fornecidos, permanecendo esta responsável pelos vícios ocultos e demais defeitos que venham a ser constatados durante a utilização, nos termos da legislação aplicável e das normas que regem as contratações públicas.

14. DA AMOSTRA

14.1. Não será exigida a apresentação de amostras para os itens licitados, considerando que as especificações técnicas constantes no Termo de Referência são suficientes para assegurar a qualidade e a conformidade dos produtos ofertados.

14.2. Esta dispensa tem como objetivo garantir maior celeridade ao processo, sem prejuízo da adequada execução contratual, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. DO PRAZO DO CONTRATO, VIGÊNCIA E EFICÁCIA

15.1. DO CONTRATO

15.1.1. Findo o processo licitatório, a celebração do Termo de Contrato poderá ocorrer a qualquer momento durante o período de vigência da ata de registro de preços, conforme as necessidades da Administração. Para tanto, a licitante vencedora, uma vez regularmente convocada, deverá comparecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da convocação, para formalizar a assinatura do contrato junto à Contratante.

15.1.1.1. O prazo acima descrito, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela Administração.

15.2. DA VIGÊNCIA

15.2.1. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários

à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes.

15.2.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 da Lei n.º 14.133/2021.

15.3.DA EFICÁCIA

15.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

15.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

15.3.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

16. DOS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. O recebimento do objeto será realizado em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, quando aplicáveis.

16.2. Os produtos deverão ser entregues conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

16.3. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa dos itens solicitados, oportunidade em que será verificado o atendimento das condições básicas de fornecimento, sem prejuízo da posterior análise da qualidade e conformidade dos produtos.

16.4. O recebimento definitivo será realizado após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto à integridade dos vasilhames, condições de segurança, identificação, lacres, peso, capacidade e demais exigências aplicáveis ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

16.5. Para fins de aceitação, os produtos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I – estar em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta vencedora;

II – apresentar-se em perfeitas condições de uso e segurança;

III – possuir lacres intactos e inviolados, quando aplicável;

IV – atender às normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais regulamentações pertinentes;

V – estar livres de defeitos, avarias, vazamentos ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização.

16.6. Caso sejam constatadas divergências, defeitos, vícios, avarias ou qualquer desconformidade em relação às especificações exigidas, os produtos serão recusados, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA providenciar sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

16.7. A rejeição de qualquer produto não justificará atraso no cumprimento das demais obrigações assumidas pela CONTRATADA, nem eximirá sua responsabilidade pela execução integral do objeto contratado.

16.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos, qualidade, segurança e adequação dos produtos fornecidos, permanecendo a obrigação de reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, quaisquer irregularidades constatadas durante a vigência contratual, nos termos da legislação aplicável.

16.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções e diligências destinadas à verificação da qualidade dos produtos fornecidos e do cumprimento das exigências contratuais e normativas pertinentes.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais instrumentos que compõem o procedimento licitatório:

I. Exigir o cumprimento integral do objeto contratado, observando as especificações técnicas, quantitativos, prazos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas neste instrumento;

II. Receber, conferir, analisar e avaliar os objetos fornecidos pela CONTRATADA, podendo rejeitá-los, total ou parcialmente, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade ou condições estabelecidas pela Administração;

III. Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução do fornecimento por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento contratual;

IV. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de irregularidades, falhas, atrasos ou descumprimentos verificados na execução do objeto, fixando prazo razoável para adoção das medidas corretivas cabíveis;

V. Fornecer à CONTRATADA todas as informações, orientações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratado;

VI. Emitir as respectivas Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes, observando a necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e planejamento interno da Administração Municipal;

VII. Disponibilizar servidor responsável para o recebimento dos materiais nos locais indicados para entrega;

VIII. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes ao fornecimento efetivamente realizado, após conferência quantitativa e qualitativa dos materiais entregues;

IX. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA nas condições, prazos e formas estabelecidas no instrumento contratual, desde que cumpridas todas as exigências administrativas e legais aplicáveis;

X. Aplicar, quando cabível, as penalidades e sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes;

XI. Decidir sobre solicitações, requerimentos, reclamações e manifestações apresentadas pela CONTRATADA relacionadas à execução contratual, observados os prazos e disposições legais aplicáveis;

XII. Analisar pedidos de reajuste, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro

eventualmente formulados pela CONTRATADA, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais estabelecidas;

XIII. Promover o controle e gerenciamento do fornecimento dos materiais, inclusive quanto à fiscalização das entregas, controle dos saldos registrados na Ata de Registro de Preços e acompanhamento das demandas das Secretarias Municipais;

XIV. Solicitar a substituição de produtos que apresentem defeitos, avarias, vazamentos, violação de lacres ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas;

XV. Recusar o recebimento de botijões ou vasilhames que não atendam às normas de segurança, qualidade e regulamentação expedidas pelos órgãos competentes, especialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

XVI. Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e continuidade do serviço público durante toda a execução da contratação;

XVII. Cumprir, quando aplicável, as disposições contidas na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando as medidas necessárias à proteção das informações eventualmente compartilhadas durante a execução contratual.

Parágrafo único. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, irregularidades ou prejuízos decorrentes de sua atuação.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes:

I. Executar o objeto de acordo com as especificações, quantidades, condições, prazos e locais de entrega estabelecidos neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta apresentada;

II. Fornecer produtos novos, em perfeitas condições de uso, observando os padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos pela legislação vigente e pelos órgãos reguladores competentes;

III. Entregar os botijões de GLP devidamente lacrados, identificados e em conformidade com as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais normas técnicas aplicáveis;

IV. Fornecer vasilhames em perfeitas condições de conservação, segurança e utilização, livres de defeitos, avarias, corrosões excessivas, vazamentos ou quaisquer irregularidades que possam comprometer sua utilização;

V. Realizar as entregas de forma parcelada, conforme as solicitações da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente;

VI. Efetuar a entrega dos produtos nos locais indicados pela CONTRATANTE, assumindo integralmente os custos com transporte, carga, descarga, frete, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;

- VII. Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Administração, os produtos recusados ou considerados inadequados, defeituosos, avariados ou em desacordo com as especificações exigidas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação;
- VIII. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- IX. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto ou o cumprimento de suas obrigações contratuais;
- X. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- XI. Designar representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelo atendimento das demandas da Administração;
- XII. Atender prontamente às solicitações, notificações, determinações e exigências emitidas pela fiscalização da CONTRATANTE;
- XIII. Emitir e apresentar as respectivas notas fiscais/faturas em conformidade com os produtos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração;
- XIV. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade, integridade e segurança dos produtos fornecidos, garantindo sua adequação às finalidades a que se destinam;
- XV. Cumprir integralmente a legislação ambiental, trabalhista, previdenciária, tributária, sanitária e de segurança aplicável à execução do objeto;
- XVI. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, observadas as disposições legais aplicáveis;
- XVII. Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando aplicável;
- XVIII. Manter sigilo sobre informações e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para os fins relacionados ao objeto contratado;
- XIX. Cumprir, quando aplicável, as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando medidas de segurança aptas a proteger os dados e informações eventualmente tratados durante a execução contratual;
- XX. Responsabilizar-se pela observância de todas as normas de segurança relativas ao armazenamento, transporte e manuseio do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), garantindo que a execução do objeto ocorra em conformidade com a regulamentação vigente.

Parágrafo único. A CONTRATADA responderá integralmente pelos vícios, defeitos, falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos produtos fornecidos, obrigando-se a promover sua imediata correção ou substituição, sem prejuízo das sanções administrativas e demais responsabilidades previstas em lei.

19. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas

avencadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.

19.3. As comunicações entre a Administração e a contratada serão realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos.

19.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, bem como para reuniões de alinhamento quanto à execução contratual.

19.5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.5.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s), denominado(s) fiscal(is) do contrato, ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

19.5.2. Compete ao fiscal do contrato:

- I. Acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;
- II. Conferir os materiais fornecidos, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações;
- III. Registrar, em meio próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando as medidas necessárias à correção de falhas ou irregularidades;
- IV. Notificar a contratada quanto a irregularidades verificadas, fixando prazo para sua regularização;
- V. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência;
- VI. Atestar as notas fiscais, após a verificação da conformidade dos materiais e do cumprimento das obrigações contratuais.

19.6. DO GESTOR DO CONTRATO

19.6.1. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual.

19.6.2. Compete ao gestor do contrato:

- I. Coordenar a fiscalização da execução do contrato;
- II. Consolidar as informações relativas à execução contratual;
- III. Adotar as providências necessárias à regular execução do contrato;
- IV. Encaminhar à autoridade competente situações que demandem decisão superior;
- V. Promover a instrução de processos administrativos para aplicação de sanções, quando cabível;
- VI. Elaborar relatório final acerca da execução do contrato, com avaliação dos resultados alcançados.

19.7. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, inclusive perante

terceiros, permanecendo esta responsável por quaisquer danos, falhas, vícios, defeitos ou irregularidades decorrentes do fornecimento dos produtos.

19.8. A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização, bem como disponibilizar documentos, informações e meios necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

19.9. Os fiscais e gestores serão designados por meio de ato formal da autoridade competente, podendo ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova designação, sem prejuízo da continuidade da fiscalização e da gestão da contratação.

20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

20.1. A medição será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e recebidos definitivamente pela Administração, observadas as especificações, condições e quantidades constantes da Autorização de Fornecimento.

20.2. O pagamento será realizado de acordo com os materiais efetivamente fornecidos, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após o recebimento definitivo do objeto.

20.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de pagamentos e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4. A liquidação da despesa ocorrerá após:

I – o recebimento definitivo dos materiais;

II – a conferência da Nota Fiscal/Fatura;

III – o atesto do fiscal do contrato, certificando a conformidade do fornecimento com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em conformidade com os dados constantes da Nota de Empenho e do instrumento contratual, contendo obrigatoriamente:

I – razão social e CNPJ da contratada;

II – número do contrato ou instrumento equivalente e da Nota de Empenho;

III – descrição clara e detalhada dos produtos fornecidos;

IV – quantitativos, valores unitários e valores totais;

V – dados bancários da contratada (banco, agência e conta corrente).

20.6. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura ao fiscal do contrato para conferência, liquidação da despesa e posterior encaminhamento para pagamento.

20.7. A emissão da ordem bancária ficará condicionada:

I – à conferência e aceitação da Nota Fiscal/Fatura;

II – ao atesto do servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo do objeto;

III – à verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas durante a execução contratual.

20.8. Havendo erro, inconsistência, incorreção ou qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou na documentação apresentada, o documento será devolvido à contratada para as devidas correções, suspendendo-se o prazo para pagamento, que será reiniciado após a reapresentação regular dos documentos.

20.9. O pagamento será realizado exclusivamente em favor da pessoa jurídica contratada, mediante crédito em conta bancária por ela indicada, devendo o documento fiscal corresponder ao mesmo CNPJ constante do contrato, admitindo-se a emissão por matriz ou filial quando comprovada a vinculação jurídica.

20.10. O pagamento será efetuado exclusivamente por meio de ordem bancária, vedada a utilização de boleto bancário ou qualquer outra forma de pagamento não prevista contratualmente.

20.11. Sobre os pagamentos efetuados incidirão as retenções tributárias previstas na legislação vigente, observadas as hipóteses de dispensa, imunidade ou isenção legalmente comprovadas pela contratada.

20.12. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição, para fins de aplicação do tratamento tributário correspondente.

20.13. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade na execução do objeto, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

21.1. As licitantes e a contratada estarão sujeitas às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como à legislação correlata aplicável.

21.2. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.2.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a prática das seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- h) praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

21.3. DAS SANÇÕES

21.3.1. Serão aplicadas as seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:

I. **Advertência**, quando se tratar de infração leve, especialmente na hipótese da alínea “a”, quando não se justificar penalidade mais grave;

II. **Multa**, nos termos do item 21.4;

III. **Impedimento de licitar e contratar**, nos casos das alíneas “b”, “c” e “d”, quando não se justificar penalidade mais grave;

IV. **Declaração de inidoneidade**, nos casos das alíneas “e” a “h”, bem como nas hipóteses mais graves das alíneas “b”, “c” e “d”.

21.4. DAS MULTAS

21.4.1. Multa moratória:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- b) 0,07% (sete centésimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, até o limite de 2%, em caso de atraso na apresentação de garantia, quando exigida.

21.4.2. Multa compensatória:

- a) 2% a 5% para infrações das alíneas “e” a “h”;
- b) 10% a 20% para inexecução total (alínea “c”);
- c) 5% a 10% para infração da alínea “b”;
- d) 3% a 6% para atraso injustificado (alínea “d”);
- e) 5% a 12% para infração da alínea “a”.

21.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE SANÇÕES

21.5.1. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

21.5.2. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21.5.3. Será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

21.5.4. A multa poderá ser descontada de pagamentos devidos ou da garantia, ou cobrada judicialmente.

21.5.5. O pagamento da multa deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

21.6. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

21.6.1. A aplicação das sanções será realizada mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

21.6.2. As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico, considerando-se válidos os endereços informados pela contratada.

21.7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

21.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração;
- II. as circunstâncias do caso concreto;
- III. os danos causados à Administração;
- IV. circunstâncias agravantes ou atenuantes.

21.7.2. As sanções serão registradas nos cadastros oficiais, como CEIS e CNEP.

21.7.3. As penalidades de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

21.7.4. Os débitos poderão ser compensados com créditos da contratada junto à Administração.

21.7.5. Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica, nos termos da legislação,

quando houver abuso ou fraude

21.7.6. As sanções serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando-se as circunstâncias do caso concreto e os impactos decorrentes da conduta da contratada.

22. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

22.1. Menor Preço por item.

23. DA HABILITAÇÃO

23.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n.º 12.690/2012;
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Documentos de identificação do(s) sócio(s) ou sócio administrador.

23.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

23.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, em relação aos Tributos Estaduais inscritos em dívida ativa, expedida pela Procuradoria da Fazenda Estadual;
- e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, em relação aos Tributos Municipais;
- f) Certidão de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”;
- g) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Certidão de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (acessar o link www.tst.jus.br/certidao).

23.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

23.4.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

23.4.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

23.4.1.2. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

23.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

23.4.2.1. O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo não se aplica às empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

23.4.2.2. O licitante deverá comprovar através do balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

23.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

23.4.1. Especificamente para os itens referentes ao fornecimento e comercialização de gás de cozinha, as licitantes deverão apresentar autorização válida emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Resolução ANP nº 49/2016, comprovando regular autorização para exercício da atividade objeto da contratação.

11.7.2. As empresas participantes deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto desta contratação.

11.7.2.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I. Identificação da pessoa jurídica contratante e da empresa contratada, com razão social e número do CNPJ;

II. Descrição dos materiais fornecidos, com indicação de sua natureza e compatibilidade com o objeto da licitação;

III. Período de fornecimento ou execução contratual;

IV. Declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;

V. Identificação e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

11.7.3. Para fins de comprovação da compatibilidade, será considerado o fornecimento de materiais com características semelhantes quanto à natureza, aplicação e complexidade, não sendo exigida identidade absoluta com os itens licitados.

11.7.4. Será admitida a soma de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica do licitante, desde que demonstrada sua aptidão para o fornecimento do objeto.

11.7.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante, desde que comprovada a vinculação entre ambas.

11.7.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo ser solicitados documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais ou outros documentos que comprovem o fornecimento.

11.7.7. Não serão exigidos quantitativos mínimos, prazos específicos ou características excessivamente restritivas nos atestados, de modo a garantir a ampla competitividade do certame, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

24. ESTIMATIVA DO VALOR

24.1. A estimativa do valor total será de R\$ 558.820,65 (quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos).

25. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

25.1. Os contratos deverão ser assinados no prazo de validade e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

26. DA RESCISÃO CONTRATUAL

26.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

26.2. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

26.4. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

27. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

27.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

27.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

27.2.1. Com fundamento no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser concedida a revisão dos preços contratados, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, desde que comprovada a ocorrência de fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que tornem excessivamente onerosa a execução do contrato.

27.2.2. Para fins de análise do pedido de revisão, a contratada deverá apresentar requerimento formal, devidamente instruído com documentação comprobatória idônea, incluindo, no mínimo:

- I – demonstração analítica da variação dos custos do objeto contratado;
- II – comprovação da ocorrência do fato gerador do desequilíbrio;
- III – nexo causal entre o evento ocorrido e o impacto nos preços contratados;
- IV – memória de cálculo detalhada que evidencie a necessidade de recomposição dos valores.

27.2.3. A Administração procederá à análise técnica e jurídica do pedido, podendo, para tanto:

- I – realizar pesquisa de mercado para verificação da compatibilidade dos novos preços;
- II – solicitar documentos complementares;
- III – promover diligências para validação das informações apresentadas.

27.2.4. A concessão da revisão ficará condicionada à efetiva comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, não sendo admitidos pedidos genéricos ou desacompanhados de elementos técnicos suficientes.

27.2.5. Os efeitos financeiros da revisão, quando deferida, poderão ser aplicados a partir da data do protocolo do pedido ou da ocorrência do fato gerador, conforme análise da Administração, vedada a aplicação retroativa sem a devida comprovação.

27.2.6. Durante a análise do pedido de revisão, a contratada deverá manter a execução do objeto nas condições pactuadas, não sendo admitida a suspensão do fornecimento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

27.2.7. A revisão também poderá ser promovida em razão de alteração legislativa ou tributária superveniente que impacte diretamente os custos do contrato, para mais ou para menos, devidamente comprovada.

27.3. DO REAJUSTE

27.3.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

27.3.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, com base na variação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, aplicado de forma proporcional ao período.

27.3.3. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pela contratada durante a vigência contratual, devidamente instruído, sendo analisado pela Administração quanto à sua regularidade.

27.3.4. O reajuste não possui caráter automático, dependendo de requerimento da contratada e de análise pela Administração, sendo vedada sua concessão em desacordo com os prazos e condições estabelecidos.

27.3.5. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir da data em que se completar o período mínimo de 12 (doze) meses, desde que solicitado tempestivamente.

27.4. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

27.4.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições inicialmente pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

27.4.2. As alterações contratuais serão formalizadas mediante termo aditivo, precedidas de justificativa técnica e jurídica, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

27.4.3. Nos casos em que não houver alteração do objeto, mas apenas ajustes formais ou financeiros que não modifiquem as condições essenciais da contratação, poderá ser utilizado o instrumento de apostilamento, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

28. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. Nos termos do artigo 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata do Sistema de Registro de Preços, esclarece-se que a formalização da ata de registro de preços não implica compromisso imediato de contratação ou de consumo dos valores registrados, mas apenas a previsão de possíveis futuras aquisições, condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira no momento da contratação.

28.2. Portanto, não há exigência de demonstração de adequação orçamentária neste momento, sendo esta obrigatória apenas na fase de contratação efetiva, quando da emissão da nota de empenho ou assinatura do contrato, conforme o caso.

28.3. Essa interpretação está em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e planejamento da Administração Pública, e visa garantir a flexibilidade na gestão dos recursos públicos, sem comprometer o orçamento com despesas ainda não formalizadas.

29. MEMÓRIA DE CÁLCULO

29.1. A definição dos quantitativos estimados para a presente contratação foi elaborada com base nas demandas encaminhadas pelas Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Sena Madureira, considerando o consumo contínuo, o histórico de utilização dos itens, a necessidade de manutenção das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pelo Município, bem como a previsão de atendimento durante toda a vigência contratual.

29.2. A estimativa quantitativa observou critérios técnicos de planejamento administrativo, levando em consideração a natureza continuada do fornecimento, a necessidade de abastecimento regular das unidades públicas e a essencialidade do objeto em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

29.3. Para o Item 01 – Cargas de gás acondicionado em botijão de 13kg, foram estimadas para a Secretaria Municipal de Educação 1.960 unidades para consumo e 2.800 unidades para registro, considerando a elevada demanda relacionada ao preparo diário da alimentação escolar nas unidades da rede municipal de ensino. Para a Secretaria Municipal de Saúde foram estimadas 84 unidades para consumo e 120 unidades para registro. A Secretaria Municipal de Assistência Social apresentou demanda estimada de 126 unidades para consumo e 180 unidades para registro. Já a Secretaria Municipal de Obras, Garagem Municipal e Aterro Sanitário apresentou estimativa de 42 unidades para consumo e 60 unidades para registro. Para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente,

Secretaria de Produção e Casa do Agricultor foram estimadas 20 unidades para consumo e 35 unidades para registro. Quanto à Secretaria Municipal de Administração, incluindo Prefeitura Municipal, Almoxarifado, CPL, Secretaria da Mulher, Secretaria de Cultura e demais prédios administrativos, foram estimadas 50 unidades para consumo e 75 unidades para registro, totalizando 2.282 unidades para consumo e 3.270 unidades para registro.

29.4. Para o Item 02 – Botijão completo de 13kg, foram estimadas 30 unidades para consumo e 50 unidades para registro para a Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria Municipal de Saúde apresentou estimativa de 15 unidades para consumo e 20 unidades para registro. Para a Secretaria Municipal de Assistência Social foram estimadas 10 unidades para consumo e 15 unidades para registro. A Secretaria Municipal de Obras, Garagem Municipal e Aterro Sanitário apresentou demanda estimada de 10 unidades para consumo e 15 unidades para registro. Para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Produção e Casa do Agricultor foram previstas 3 unidades para consumo e 5 unidades para registro. Já para a Secretaria Municipal de Administração e demais prédios administrativos foram estimados 15 unidades para consumo e 20 unidades para registro, totalizando 83 unidades para consumo e 125 unidades para registro.

29.5. Para o Item 03 – Cargas de gás acondicionado em botijão de 7kg ou 8kg, a estimativa concentrou-se na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Produção e Casa do Agricultor, sendo previstas 105 unidades para consumo e 150 unidades para registro.

29.6. Quanto ao Item 04 – Botijão completo de 7kg ou 8kg, a estimativa também se destinou à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Produção e Casa do Agricultor, totalizando 10 unidades para consumo e 15 unidades para registro.

29.7. Ressalta-se que os quantitativos destinados para registro de preços foram definidos considerando margem administrativa de segurança para atendimento de demandas supervenientes, variações de consumo, ampliação de atendimentos e necessidade de continuidade dos serviços públicos essenciais durante toda a vigência da contratação, evitando desabastecimento e futuras contratações emergenciais.

29.8. Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo e não obrigam a Administração à contratação integral dos itens registrados, podendo ocorrer variações conforme as necessidades efetivamente verificadas durante a execução contratual, observados os limites legais, disponibilidade orçamentária e interesse público.

30. DA PROPOSTA DE PREÇOS

30.1. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula.

30.2. A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

30.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

30.4. Os serviços deverão ter obrigatoriamente suas principais especificações descritas, sob pena de desclassificação, tais como: descrição completa, detalhada e individualizada do objeto cotado, informando quantidade e unidade.

31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais etc., correrão por conta da Contratada;

31.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

31.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Sena Madureira – AC, 09 de junho de 2026.

Adriano Alves de Andrade

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

PROCESSO ADM Nº XX/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENA MADUREIRA/AC**, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sena Madureira-AC, na Av. Avelino Chaves n.º 720, inscrita no CNPJ (MF) n.º 04.513.362/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **Gehlen Diniz Andrade**, portador do CPF/MF n.º xxx.xxx.xxx-xx e RG n.º xxxxxx – xxx/xxxx, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxx, na xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, nomeado(a) pelo Decreto nº xxxxxxxxxxxx, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, devidamente inscrita no CNPJ Nº, estabelecida na, neste ato representada pelo Sr, portador da cédula de identidade nº inscrito no CPF/MF nº, domiciliado e residente cidade de, denominada simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e recarga de gás de cozinha, visando atender às necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Sena Madureira.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADE E VALOR

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas **será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir ao item/lote da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item/lote.

4. DOS LIMITES PARA ADESÕES

4.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item/lote registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei no 14.133, de 2021.

5. VEDAÇÃO AO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

6.1. DA VIGÊNCIA/VALIDADE

6.1.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei no 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei no 14.133, de 2021.

6.7. DA FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

6.7.1. Após a homologação da licitação, serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigar-se nos limites dela:

6.7.2. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.7.3. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.7.3.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.7.3.2. Mantiverem sua proposta original.

6.8. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.9. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.10. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.12. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.13. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.14. DA ASSINATURA

6.14.1. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. O prazo de convocação para assinatura no prazo de 05 (cinco) dias úteis - podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.16. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.17. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.18. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.19. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.20. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

6.21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O cancelamento do registro de preços observará o disposto nos arts. 82 e 90 da Lei nº 14.133/2021, podendo ocorrer nas hipóteses previstas neste instrumento e na legislação aplicável:

- I) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública sem justificativa razoável;
- III) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e,
- V) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

a) Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata de registro de preços enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

b) O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observando-se a ordem de classificação.

d) Na hipótese de não haver cadastro de reserva ou não haver aceitação dos cadastrados, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova ata de registro de preços, observando-se os §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

e) A negociação prevista no § 4º será limitada ao valor dos preços eventualmente revisados pelo órgão ou entidade gerenciadora.

f) O novo registro de preços não poderá vigorar por prazo superior ao remanescente de vigência da ata de registro de preços anterior, inclusive eventual prazo de prorrogação previsto originalmente na ata de registro de preços.

8.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I) por razão de interesse público;
- II) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no artigo 27, § 2º e § 3º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei no 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei no 14.133, de 2021.

8.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei no 14.133, de 2021.

9.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei no 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei no 14.133, de 2021.

10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou às entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. DAS PENALIDADES

11. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade

11.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

13. DO FORO

13.1. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca da cidade de Sena Madureira/AC, com exclusão de qualquer outra.

13.2. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Sena Madureira/Acre, XX de XX de 2026

Gehlen Diniz Andrade
Prefeito de Sena Madureira
Contratante

XXXX
Representante Legal
Contratada

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00X/2026
PROCESSO Nº xxx/2026

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE SENA
MADUREIRA E A EMPRESA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENA MADUREIRA/AC**, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sena Madureira-AC, na Av. Avelino Chaves n.º 720, inscrita no CNPJ (MF) n.º 04.513.362/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **Gehlen Diniz Andrade**, portador do CPF/MF n.º xxx.xxx.xxx-xx e RG n.º xxxxxx – xxx/xxxx, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxx, na xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, nomeado(a) pelo Decreto nº xxxxxxxxxxxx, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ Nº _____, estabelecida na _____, neste ato representada pelo Sr _____, portador da cédula de identidade nº _____ inscrito no CPF/MF nº _____, domiciliado e residente cidade de _____, denominada simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás de cozinha (GLP) e vasilhames vazios, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades vinculadas à Prefeitura Municipal de Sena Madureira.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADE E VALOR

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total

3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____, PROCESSO Nº _____ e todos os seus anexos.

4. DO PRAZO DO CONTRATO, VIGÊNCIA E EFICÁCIA DO CONTRATO

4.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a Contratante poderão celebrar o Termo de Contrato.

4.1.1. O prazo acima descrito, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela Administração.

4.2. DA VIGÊNCIA

4.2.1. O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração até o término dos créditos orçamentários.

4.2.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes.

4.2.3. O prazo acima descrito, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela

Administração.

4.2.4. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 da Lei n.º 14.133/2021.

4.3. DA EFICÁCIA

4.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

4.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

4.3.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

5. DO VALOR

5.1. O valor total da aquisição é de R\$ XXXXX (____), conforme detalhamento especificado.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste CONTRATO estão programadas em dotação orçamentária para o presente exercício, na classificação abaixo:

- Unidade Gestora:
- Fonte de Recurso:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:

7. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

7.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.2.1. Com fundamento no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser concedida a revisão dos preços contratados, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, desde que comprovada a ocorrência de fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que tornem excessivamente onerosa a execução do contrato.

7.2.2. Para fins de análise do pedido de revisão, a contratada deverá apresentar requerimento formal, devidamente instruído com documentação comprobatória idônea, incluindo, no mínimo:

- I – demonstração analítica da variação dos custos do objeto contratado;
- II – comprovação da ocorrência do fato gerador do desequilíbrio;
- III – nexo causal entre o evento ocorrido e o impacto nos preços contratados;
- IV – memória de cálculo detalhada que evidencie a necessidade de recomposição dos valores.

7.2.3. A Administração procederá à análise técnica e jurídica do pedido, podendo, para tanto:

- I – realizar pesquisa de mercado para verificação da compatibilidade dos novos preços;
- II – solicitar documentos complementares;
- III – promover diligências para validação das informações apresentadas.

7.2.4. A concessão da revisão ficará condicionada à efetiva comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, não sendo admitidos pedidos genéricos ou desacompanhados de elementos técnicos suficientes.

7.2.5. Os efeitos financeiros da revisão, quando deferida, poderão ser aplicados a partir da data

do protocolo do pedido ou da ocorrência do fato gerador, conforme análise da Administração, vedada a aplicação retroativa sem a devida comprovação.

7.2.6. Durante a análise do pedido de revisão, a contratada deverá manter a execução do objeto nas condições pactuadas, não sendo admitida a suspensão do fornecimento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

7.2.7. A revisão também poderá ser promovida em razão de alteração legislativa ou tributária superveniente que impacte diretamente os custos do contrato, para mais ou para menos, devidamente comprovada.

7.3. DO REAJUSTE

7.3.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, com base na variação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, aplicado de forma proporcional ao período.

7.3.3. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pela contratada durante a vigência contratual, devidamente instruído, sendo analisado pela Administração quanto à sua regularidade.

7.3.4. O reajuste não possui caráter automático, dependendo de requerimento da contratada e de análise pela Administração, sendo vedada sua concessão em desacordo com os prazos e condições estabelecidos.

7.3.5. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir da data em que se completar o período mínimo de 12 (doze) meses, desde que solicitado tempestivamente.

7.4. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.4.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições inicialmente pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2. As alterações contratuais serão formalizadas mediante termo aditivo, precedidas de justificativa técnica e jurídica, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.3. Nos casos em que não houver alteração do objeto, mas apenas ajustes formais ou financeiros que não modifiquem as condições essenciais da contratação, poderá ser utilizado o instrumento de apostilamento, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais instrumentos que compõem o procedimento licitatório:

I. Exigir o cumprimento integral do objeto contratado, observando as especificações técnicas, quantitativos, prazos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas neste instrumento;

II. Receber, conferir, analisar e avaliar os objetos fornecidos pela CONTRATADA, podendo rejeitá-los, total ou parcialmente, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade ou condições estabelecidas pela Administração;

III. Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução do fornecimento por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento contratual;

IV. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de irregularidades, falhas, atrasos ou descumprimentos verificados na execução do objeto, fixando prazo razoável para adoção das

medidas corretivas cabíveis;

V. Fornecer à CONTRATADA todas as informações, orientações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratado;

VI. Emitir as respectivas Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes, observando a necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e planejamento interno da Administração Municipal;

VII. Disponibilizar servidor responsável para o recebimento dos materiais nos locais indicados para entrega;

VIII. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes ao fornecimento efetivamente realizado, após conferência quantitativa e qualitativa dos materiais entregues;

IX. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA nas condições, prazos e formas estabelecidas no instrumento contratual, desde que cumpridas todas as exigências administrativas e legais aplicáveis;

X. Aplicar, quando cabível, as penalidades e sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes;

XI. Decidir sobre solicitações, requerimentos, reclamações e manifestações apresentadas pela CONTRATADA relacionadas à execução contratual, observados os prazos e disposições legais aplicáveis;

XII. Analisar pedidos de reajuste, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro eventualmente formulados pela CONTRATADA, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais estabelecidas;

XIII. Promover o controle e gerenciamento do fornecimento dos materiais, inclusive quanto à fiscalização das entregas, controle dos saldos registrados na Ata de Registro de Preços e acompanhamento das demandas das Secretarias Municipais;

XIV. Solicitar a substituição de produtos que apresentem defeitos, avarias, vazamentos, violação de lacres ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas;

XV. Recusar o recebimento de botijões ou vasilhames que não atendam às normas de segurança, qualidade e regulamentação expedidas pelos órgãos competentes, especialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

XVI. Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e continuidade do serviço público durante toda a execução da contratação;

XVII. Cumprir, quando aplicável, as disposições contidas na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando as medidas necessárias à proteção das informações eventualmente compartilhadas durante a execução contratual.

Parágrafo único. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, irregularidades ou prejuízos decorrentes de sua atuação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes:

I. Executar o objeto de acordo com as especificações, quantidades, condições, prazos e locais de entrega estabelecidos neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta apresentada;

- II. Fornecer produtos novos, em perfeitas condições de uso, observando os padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos pela legislação vigente e pelos órgãos reguladores competentes;
- III. Entregar os botijões de GLP devidamente lacrados, identificados e em conformidade com as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais normas técnicas aplicáveis;
- IV. Fornecer vasilhames em perfeitas condições de conservação, segurança e utilização, livres de defeitos, avarias, corrosões excessivas, vazamentos ou quaisquer irregularidades que possam comprometer sua utilização;
- V. Realizar as entregas de forma parcelada, conforme as solicitações da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente;
- VI. Efetuar a entrega dos produtos nos locais indicados pela CONTRATANTE, assumindo integralmente os custos com transporte, carga, descarga, frete, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- VII. Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Administração, os produtos recusados ou considerados inadequados, defeituosos, avariados ou em desacordo com as especificações exigidas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação;
- VIII. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- IX. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto ou o cumprimento de suas obrigações contratuais;
- X. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- XI. Designar representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelo atendimento das demandas da Administração;
- XII. Atender prontamente às solicitações, notificações, determinações e exigências emitidas pela fiscalização da CONTRATANTE;
- XIII. Emitir e apresentar as respectivas notas fiscais/faturas em conformidade com os produtos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração;
- XIV. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade, integridade e segurança dos produtos fornecidos, garantindo sua adequação às finalidades a que se destinam;
- XV. Cumprir integralmente a legislação ambiental, trabalhista, previdenciária, tributária, sanitária e de segurança aplicável à execução do objeto;
- XVI. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, observadas as disposições legais aplicáveis;
- XVII. Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando aplicável;
- XVIII. Manter sigilo sobre informações e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para os fins relacionados ao objeto contratado;
- XIX. Cumprir, quando aplicável, as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando medidas de segurança aptas a proteger os dados e informações eventualmente tratados durante a execução contratual;

XX. Responsabilizar-se pela observância de todas as normas de segurança relativas ao armazenamento, transporte e manuseio do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), garantindo que a execução do objeto ocorra em conformidade com a regulamentação vigente.

Parágrafo único. A CONTRATADA responderá integralmente pelos vícios, defeitos, falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos produtos fornecidos, obrigando-se a promover sua imediata correção ou substituição, sem prejuízo das sanções administrativas e demais responsabilidades previstas em lei.

10. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.

10.3. As comunicações entre a Administração e a contratada serão realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos.

10.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, bem como para reuniões de alinhamento quanto à execução contratual.

10.5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.5.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s), denominado(s) fiscal(is) do contrato, ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.2. Compete ao fiscal do contrato:

- I. Acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;
- II. Conferir os materiais fornecidos, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações;
- III. Registrar, em meio próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando as medidas necessárias à correção de falhas ou irregularidades;
- IV. Notificar a contratada quanto a irregularidades verificadas, fixando prazo para sua regularização;
- V. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência;
- VI. Atestar as notas fiscais, após a verificação da conformidade dos materiais e do cumprimento das obrigações contratuais.

10.6. DO GESTOR DO CONTRATO

10.6.1. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual.

10.6.2. Compete ao gestor do contrato:

- I. Coordenar a fiscalização da execução do contrato;
- II. Consolidar as informações relativas à execução contratual;
- III. Adotar as providências necessárias à regular execução do contrato;
- IV. Encaminhar à autoridade competente situações que demandem decisão superior;
- V. Promover a instrução de processos administrativos para aplicação de sanções, quando

cabível;

VI. Elaborar relatório final acerca da execução do contrato, com avaliação dos resultados alcançados.

11. DOS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O recebimento do objeto será realizado em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, quando aplicáveis.

11.2. Os produtos deverão ser entregues conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

11.3. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa dos itens solicitados, oportunidade em que será verificado o atendimento das condições básicas de fornecimento, sem prejuízo da posterior análise da qualidade e conformidade dos produtos.

11.4. O recebimento definitivo será realizado após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto à integridade dos vasilhames, condições de segurança, identificação, lacres, peso, capacidade e demais exigências aplicáveis ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

11.5. Para fins de aceitação, os produtos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I – estar em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta vencedora;

II – apresentar-se em perfeitas condições de uso e segurança;

III – possuir lacres intactos e inviolados, quando aplicável;

IV – atender às normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais regulamentações pertinentes;

V – estar livres de defeitos, avarias, vazamentos ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização.

11.6. Caso sejam constatadas divergências, defeitos, vícios, avarias ou qualquer desconformidade em relação às especificações exigidas, os produtos serão recusados, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA providenciar sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11.7. A rejeição de qualquer produto não justificará atraso no cumprimento das demais obrigações assumidas pela CONTRATADA, nem eximirá sua responsabilidade pela execução integral do objeto contratado.

11.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos, qualidade, segurança e adequação dos produtos fornecidos, permanecendo a obrigação de reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, quaisquer irregularidades constatadas durante a vigência contratual, nos termos da legislação aplicável.

11.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções e diligências destinadas à verificação da qualidade dos produtos fornecidos e do cumprimento das exigências contratuais e normativas pertinentes.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A medição será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e recebidos definitivamente pela Administração, observadas as especificações, condições e quantidades constantes da Autorização de Fornecimento.

12.2. O pagamento será realizado de acordo com os materiais efetivamente fornecidos, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após o

recebimento definitivo do objeto.

12.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de pagamentos e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A liquidação da despesa ocorrerá após:

I – o recebimento definitivo dos materiais;

II – a conferência da Nota Fiscal/Fatura;

III – o atesto do fiscal do contrato, certificando a conformidade do fornecimento com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em conformidade com os dados constantes da Nota de Empenho e do instrumento contratual, contendo obrigatoriamente:

I – razão social e CNPJ da contratada;

II – número do contrato ou instrumento equivalente e da Nota de Empenho;

III – descrição clara e detalhada dos produtos fornecidos;

IV – quantitativos, valores unitários e valores totais;

V – dados bancários da contratada (banco, agência e conta corrente).

12.6. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura ao fiscal do contrato para conferência, liquidação da despesa e posterior encaminhamento para pagamento.

12.7. A emissão da ordem bancária ficará condicionada:

I – à conferência e aceitação da Nota Fiscal/Fatura;

II – ao atesto do servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo do objeto;

III – à verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas durante a execução contratual.

12.8. Havendo erro, inconsistência, incorreção ou qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou na documentação apresentada, o documento será devolvido à contratada para as devidas correções, suspendendo-se o prazo para pagamento, que será reiniciado após a reapresentação regular dos documentos.

12.9. O pagamento será realizado exclusivamente em favor da pessoa jurídica contratada, mediante crédito em conta bancária por ela indicada, devendo o documento fiscal corresponder ao mesmo CNPJ constante do contrato, admitindo-se a emissão por matriz ou filial quando comprovada a vinculação jurídica.

12.10. O pagamento será efetuado exclusivamente por meio de ordem bancária, vedada a utilização de boleto bancário ou qualquer outra forma de pagamento não prevista contratualmente.

12.11. Sobre os pagamentos efetuados incidirão as retenções tributárias previstas na legislação vigente, observadas as hipóteses de dispensa, imunidade ou isenção legalmente comprovadas pela contratada.

12.12. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição, para fins de aplicação do tratamento tributário correspondente.

12.13. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade na execução do objeto, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

13. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

13.2. À Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

13.3. Enquanto eventuais solicitações de revisão/reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.4. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido

13.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

13.6. As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7. Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostilamento, podendo ser dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8 DA REVISÃO

13.8.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.8.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

13.8.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicará a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.8.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

13.8.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.8.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

13.9. DO REAJUSTE

13.9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta;

13.9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que a manutenção do contrato represente

condição mais vantajosa para a Administração Pública.

13.9.3. A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, elaborar um requerimento pleiteando a "repactuação de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito, se for o caso.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. **Não será exigida garantia de execução contratual** para os contratos decorrentes do presente Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza da contratação, a modalidade adotada e a conveniência administrativa.

16. DA EXTINÇÃO E/OU RESCISÃO DO CONTRATO

16.2. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

16.2. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

16.4. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

17.1. As licitantes e a contratada estarão sujeitas às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como à legislação correlata aplicável.

17.2. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.2.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a prática das seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- h) praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

17.3. DAS SANÇÕES

17.3.1. Serão aplicadas as seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:

- I. **Advertência**, quando se tratar de infração leve, especialmente na hipótese da alínea “a”,

quando não se justificar penalidade mais grave;

II. **Multa**, nos termos do item 21.4;

III. **Impedimento de licitar e contratar**, nos casos das alíneas “b”, “c” e “d”, quando não se justificar penalidade mais grave;

IV. **Declaração de inidoneidade**, nos casos das alíneas “e” a “h”, bem como nas hipóteses mais graves das alíneas “b”, “c” e “d”.

17.4. DAS MULTAS

17.4.1. Multa moratória:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- b) 0,07% (sete centésimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, até o limite de 2%, em caso de atraso na apresentação de garantia, quando exigida.

17.4.2. Multa compensatória:

- a) 2% a 5% para infrações das alíneas “e” a “h”;
- b) 10% a 20% para inexecução total (alínea “c”);
- c) 5% a 10% para infração da alínea “b”;
- d) 3% a 6% para atraso injustificado (alínea “d”);
- e) 5% a 12% para infração da alínea “a”.

17.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE SANÇÕES

17.5.1. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

17.5.2. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.5.3. Será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

17.5.4. A multa poderá ser descontada de pagamentos devidos ou da garantia, ou cobrada judicialmente.

17.5.5. O pagamento da multa deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

17.6. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

17.6.1. A aplicação das sanções será realizada mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

17.6.2. As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico, considerando-se válidos os endereços informados pela contratada.

17.7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

17.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração;
- II. as circunstâncias do caso concreto;
- III. os danos causados à Administração;
- IV. circunstâncias agravantes ou atenuantes.

17.7.2. As sanções serão registradas nos cadastros oficiais, como CEIS e CNEP.

17.7.3. As penalidades de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.7.4. Os débitos poderão ser compensados com créditos da contratada junto à Administração.

17.7.5. Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica, nos termos da legislação, quando houver abuso ou fraude

17.7.6. As sanções serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando-se as circunstâncias do caso concreto e os impactos decorrentes da conduta da contratada.

18. DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

18.1. A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98.

18.2. A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possam constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei Federal nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

18.3. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- I. Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;
- II. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei Federal nº 12.846/2013.

18.4. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- I. não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e
- II. adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

18.5. A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

18.6. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

19. DOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na fundamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Decreto nº 016/2024, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

20. DA PUBLICAÇÃO

20.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, como condição de sua eficácia.

21. DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Sena Madureira para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

20.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

xxx/Acre, XX de XXXX de XXXX

Contratante

Representante Legal
Contratada

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____ / ____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento ____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

EMAIL:

TELEFONE:

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1. DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide.

**ANEXO V DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDEM AOS
REQUISITOS DO EDITAL**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SENA MADUREIRA
Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

DECLARO, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos impeditivos e que atendemos aos requisitos do Edital para habilitação no presente certame, ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores, na forma do art. 63, Parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Sena Madureira/AC, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA E CARIMBO

**ANEXO VI DO EDITAL – MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SENA MADUREIRA
Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____ / ____.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE

A _____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em (endereço completo) _____, declara, sob sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. E que ESTÁ APTA para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123/2006, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

() Microempresa - ME – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

() Empresa de Pequeno Porte - EPP - receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

() Microempreendedor Individual -

MEI () Outros

Sena Madureira/AC, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA E CARIMBO

**ANEXO VII DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

(conforme exigência constante no art. 68, VI, Lei 14.133/2021)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. ____/2026

A empresa _____ (nome da licitante) , inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARA expressamente, sob a penas da lei que:

a) até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do Inciso VI do Artigo 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

c) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____, _____ de _____ de 2026.

Local

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o Licitante;

**ANEXO VIII DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS
EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS**

(conforme exigência constante no art. 63, IV, Lei 14.133/2021).

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. ____/2026

A empresa _____ (nome da licitante) , inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARA expressamente, sob a penas da lei que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____ - _____, _____ de _____ de 2026.

Local

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o Licitante;

ANEXO IX DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

(conforme exigência constante no art. 63, § 1º, Lei 14.133/2021).

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. ____/2026

A empresa _____ (nome da licitante) , inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para

os fins do Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARA expressamente, sob a penas da lei que em sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, ____ de ____ de 2026.

Local

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o Licitante;